

GIORGIO MORTARA

*Consultor Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento
Professor Catedrático da Universidade de Milão*

**ASPECTOS GERAIS
DA POPULAÇÃO DO BRASIL**

Conferência pronunciada na Escola de Estado Maior, em 12 de outubro de 1946



1947

SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
RIO DE JANEIRO

GIORGIO MORTARA

*Consultor Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento
Professor Catedrático da Universidade de Milão*

**ASPECTOS GERAIS
DA POPULAÇÃO DO BRASIL**

Conferência pronunciada na Escola de Estado Maior, em 12 de outubro de 1946



1947

SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
RIO DE JANEIRO

ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO DO BRASIL

SUMÁRIO: — Introdução: A população como elemento da potência de um país. A população do Brasil: seu desenvolvimento nos últimos cem anos. Os fatores desse desenvolvimento: o crescimento natural e o migratório. Influência da imigração sobre o crescimento natural. A natalidade e a mortalidade. A imigração. A composição da população do Brasil: suas principais características. Composição segundo o sexo e a idade. População em idades economicamente ativas; população em idades economicamente passivas; proporção entre esses dois grupos. População masculina em idade militar. Composição segundo a nacionalidade. Brasileiros e estrangeiros; principais grupos estrangeiros. Composição segundo a cor. Desenvolvimento comparativo dos diversos grupos de cor. A densidade e a distribuição territorial da população. Distribuição segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação. População urbana e rural. Cidades. As atividades econômicas da população masculina e da feminina, de 10 anos e mais, e a estrutura econômica do país. A instrução. Alfabetização da população nas diversas Unidades da Federação. Frequência escolar. As condições da saúde pública. Morbidade e mortalidade. Conclusão: A situação demográfica atual. O problema da quantidade da população e o da qualidade. Necessidade de melhoramento das condições sanitárias, difusão da instrução e elevação do padrão de vida.

NOS fenômenos sociais não se encontram as simples relações entre causa e efeito, tão sugestivas no seu paradigma lógico elementar, nem mesmo as relações entre variável e função, tão fecundas nas aplicações da matemática às ciências de observação.

Com efeito, nesse domínio acham-se sempre em ação conjuntos complicados de fatores de variada natureza, em parte dificilmente discrimináveis; de modo que cada fenômeno pode ser considerado como efeito de um complexo de causas parcialmente ignoradas, ou como função simultânea de inúmeras variáveis, amiúde interdependentes, ou, se for preferida outra similitude, como resultante de um sistema de que apenas algumas componentes são conhecidas.

Portanto, a afirmação de que, para um povo, o número é força, tantas vezes repetida pela propaganda dos regimes totalitários, não passa de um erro grosseiro, se for interpretada no seu sentido literal e absoluto. Se ela correspondesse à verdade, os povos mais fortes do mundo seriam os mais numerosos, ou sejam, os da China e da Índia, que, pelo contrário, podem ser classificados, sem hesitação, entre os mais fracos.

Há, porém, nessa afirmação um sentido certo, a saber, o de que o número, sendo um dos elementos de que depende a posição de um povo, pode tornar-se fator decisivo de superioridade.

Não é preciso recorrer a exemplos antigos para reconhecê-lo; nossa própria época apresenta muitas experiências que atestam a relação entre o desenvolvimento demográfico e o crescimento da influência econômica, política e militar de um povo.

Há cem anos, a população dos Estados Unidos era inferior tanto à do Reino Unido como à da Itália, e pouco superior à metade da população da França. Hoje, os Estados Unidos têm um número de habitantes aproxi-

madamente igual à soma dos habitantes desses três países.

Há cem anos, a população do Brasil não chegava a um terço da do Reino Unido ou da Itália, nem a um quinto da população da França. Hoje, o número dos habitantes do Brasil excede tanto o da França como o da Itália e é pouco inferior ao do Reino Unido.

Essas variações, tão profundas, das posições demográficas comparativas, e as paralelas modificações radicais, reveladas pelo cotejo das posições econômicas, políticas e militares dos diversos países, verificaram-se num prazo que não atinge a extrema duração da vida individual e representa apenas um instante nos milênios de vida da humanidade.

A aparente contradição entre essas experiências, que fariam supor a existência de uma relação direta entre o número e a força de um povo, e aquelas, que quase induziriam a excluí-la, fica afastada desde que se levem em conta as características da causação dos fenômenos sociais.

E' verdade incontestável que o número dos componentes representa uma das circunstâncias de que depende a capacidade de ação de um povo, mas não a única, e nem sempre a mais importante.

A extensão, situação e configuração do país, os seus recursos naturais, o próprio clima, são outras circunstâncias de grande relevo, inerentes ao meio físico; o estado sanitário, intelectual e econômico da população, o nível da técnica produtora, a coesão social e nacional, são outras circunstâncias referentes ao meio humano, que também contribuem para determinar o que, de maneira vaga e imprecisa, se chama "a força" de um povo, ou melhor, de uma nação.

Não é somente o estadista da ditadura o que cai no erro de atribuir exagerada importância ao número dos habitantes, como fator

político. O próprio homem de ciência, às vezes, considerando a evidente influência dos desequilíbrios demográficos sobre grandes acontecimentos históricos — expansão pacífica ou violenta de povos, nascimento e perecimento de nações, grandeza e decadência de impérios —, é levado a pensar que as desigualdades na distribuição das populações, em relação ao território e aos recursos, e no seu desenvolvimento através do tempo, representam o fator básico da história.

Mas, é fácil verificar, remontando às circunstâncias de que dependem esses próprios desequilíbrios, que o fator demográfico representa apenas um elo na cadeia das causas, da qual o nosso conhecimento apenas consegue dominar uma limitada extensão.

Esse elo, todavia, fica bem à vista, e se revela com maior evidência justamente nos casos em que a pressão de uma população já exuberante e ainda crescente, ou o vácuo de um território raramente povoado, se salientam entre os antecedentes de uma conflagração ou de uma evolução; casos particularmente frequentes nos últimos cem anos, e que não serão menos frequentes no futuro próximo se não forem atenuados em breve os atuais desequilíbrios demográficos, o que parece extremamente improvável.

Torna-se interessante, portanto, examinar nesta Escola a situação e o desenvolvimento da população do Brasil, que constituem ao mesmo tempo aspectos fundamentais do quadro nacional e elementos essenciais da posição do país no quadro internacional, tanto no domínio político, em geral, como no militar, em particular.

Se fôr conhecido o número dos habitantes de um país em certa data, e se forem depois registrados com cuidado os nascimentos e os óbitos, as imigrações e as emigrações, a descrição numérica da população torna-se apenas um problema elementar de contabilidade, pois que, para se determinar a população em qualquer momento, basta acrescentar ao número dos habitantes na data inicial os números dos nascidos e dos imigrados até o momento escolhido, e subtrair os dos falecidos e dos emigrados.

A aplicação desse processo, tão simples, é impossível no Brasil, pelas falhas das informações demográficas. A mais grave destas consiste na falta de dados fidedignos, para a maioria dos Estados, acerca dos nascimentos e dos óbitos, cujo registro não somente é incompleto, como também apenas em parte é comunicado pelos respectivos cartórios aos serviços oficiais de estatística.

Daí a grande importância de que se revestem os censos, neste país, para a maior parte do qual constituem a única fonte de informações demográficas aceitáveis. Mas, o censo se realiza somente com grandes intervalos de tempo, dez anos ou mais, e descreve apenas a situação em determinado instante, não a variação através dos anos. É como uma imagem fotográfica, que não pode substituir a visão cinematográfica; é como um inventário, que não pode permitir a reconstituição do registro das vendas e compras.

É óbvia, entretanto, a observação de que a comparação entre fotografias do mesmo indivíduo, tiradas em épocas sucessivas, pode dar alguma idéia da sua evolução, e a comparação entre sucessivos inventários pode servir de base para conjeturas sobre as compras e as vendas nos períodos intermédios. Análogamente, a comparação entre censos sucessivos torna possível a reconstituição, embora aproximada e parcial, das variações da população nos períodos intercensitários.

Pelo primeiro censo demográfico do Brasil, levantado em 1.º de agosto de 1872, o número dos habitantes ficou determinado em 10 112 000. Os resultados desse censo são tidos como fidedignos, nos limites dos erros normais desses levantamentos.

Conhecendo-se a situação de 1872, tornou-se possível uma revisão crítica em estimativas anteriores. Pode ser calculado em cerca de 6 800 000 o número dos habitantes no fim de 1846, ou seja, há cem anos.

O segundo censo demográfico, realizado em 31 de dezembro de 1890, registrou cerca de 14 330 000 habitantes, número que parece não estar muito longe da verdade.

Ficaram, pelo contrário, sensivelmente abaixo da realidade os resultados do terceiro censo, o de 31 de dezembro de 1900, segundo o qual a população ascenderia a cerca de 17 320 000 habitantes, enquanto o número efetivo devia ser de cerca de 18 200 000.

Caindo no defeito oposto, excederam não levemente a verdade os resultados publicados do quarto censo, realizado em 1.º de setembro de 1920, conforme os quais a população nessa data teria subido a cerca de 30 640 000, enquanto o número efetivo devia aproximar-se de 27 500 000.

Por fim, o quinto censo, levado a efeito em 1.º de setembro de 1940, achou presentes cerca de 41 250 000 habitantes. Embora não completamente isento de defeitos e de omissões, em parte inevitáveis, este censo se apresenta fidedigno, pelo escrupuloso cuidado com que foi afastada toda possibilidade de alterações dos resultados, tanto na fase do levantamento como nas da revisão crítica, da apuração e da tabulação dos dados.

O crescimento ulterior da população, nos pouco mais de seis anos decorridos depois do censo de 1940, não pode ser conhecido com precisão, pela falta, já denunciada, de dados completos sobre os nascimentos e os óbitos ocorridos nesse período. Entretanto, a regularidade verificada no desenvolvimento demográfico permite estimar, com esperança de boa aproximação, em cerca de 47 200 000 o número dos habitantes da República no fim deste ano de 1946.

Como já observei, pela sua população atual o Brasil se coloca ao lado do Reino Unido, da Itália e da França.

Na população do mundo, a do Brasil representa cerca de 2%; na do hemisfério oci-

Pop. total

dental, 16%; na da América Latina, 34%; na da América do Sul, 47%.

Na América Latina, o Brasil ocupa o primeiro lugar com seus 47,2 milhões de habitantes, seguido pelo México, com 22,7 milhões; Argentina, com 14,5 milhões; Colômbia, com 10,4 milhões; Peru, com 7,7 milhões; Chile, com 5,4 milhões; Cuba, com 5,0; e os demais países, nenhum dos quais atinge 5 milhões de habitantes.

Nos últimos cem anos a população do Brasil aumentou, como vimos, de 6,8 para 47,2 milhões de habitantes, ou seja, de 40,4 milhões.

Apesar da falta de registros dos nascimentos e dos óbitos, pode-se discriminar facilmente esse aumento nas suas componentes, que são o excedente dos nascimentos sobre os óbitos e o excedente das imigrações sobre as emigrações. Com efeito, é conhecida esta segunda parcela; 3,5 milhões de excedente, dos 5 milhões de imigrantes, entrados no Brasil, no curso desses cem anos, sobre os 1,5 milhões de emigrantes (na maior parte reemigrantes), saídos no mesmo período. Visto que o aumento total ascendeu a 40,4 milhões, subtraindo-se desse número os 3,5 milhões do excedente das imigrações, fica determinada em 36,9 milhões a primeira parcela, que representa o excedente dos nascimentos.

É claro, porém, que a imigração concorre para o crescimento da população, não somente de maneira direta, como também de maneira indireta, pela sua contribuição para a reprodução. No caso, pode-se calcular que essa contribuição representa pouco mais de um décimo do crescimento natural verificado, atingindo apenas 3,7 milhões. Fica, portanto, a cifra de 33,2 milhões como expressão aproximada do excedente de nascimentos independente da imigração.

Nesses cem anos a população do Brasil aumentou na mesma proporção de um capital invertido aos juros compostos de 1,957%, isto é, pouco menos de 2%, ao ano. Pode-se discriminar essa taxa em três parcelas, das quais a maior, 1,608%, corresponde ao crescimento natural independente da imigração, e, das menores, a de 0,179% corresponde ao crescimento natural dependente da imigração, e a de 0,170%, ao crescimento migratório.

A rapidez do crescimento natural da população do Brasil atesta o elevado nível da natalidade.

Não se torna possível medir de maneira direta esse nível pelas estatísticas do registro civil, porém mais uma vez as apurações censitárias permitem chegar, por via indireta, a uma estimativa suficientemente aproximada, com base nos números das crianças recenseadas e em prudentes conjecturas acerca da mortalidade infantil.

Conforme esses cálculos, a proporção média anual dos nascidos vivos ascenderia, nos últimos cem anos, a 44 ou 45 por 1 000 habitantes, e a dos óbitos a 26 ou 27 por 1 000.

Tanto a natalidade como a mortalidade mostram, nesse período, uma tendência para diminuição; bem pouco acentuada, entretanto, em comparação com a verificada na grande maioria dos países da Europa e da América do Norte, e nas próprias repúblicas platenses. Ainda hoje, a taxa de natalidade no Brasil deve estar próxima de 42 ou 43 por 1 000 habitantes, e a de mortalidade, de 21 ou 22 por 1 000. São, esses, níveis muito elevados no quadro internacional.

Apesar da sua menor importância relativa, a contribuição da imigração para o crescimento da população do Brasil nos últimos cem anos não foi desprezível. E, de certo, para o progresso civil e econômico do país, esse século de afluência de homens livres trouxe um auxílio muito superior ao que deram os séculos precedentes com a importação forçada de escravos.

A imigração livre, ainda exígua nos primeiros anos do período secular considerado, aumentou gradativamente, através de amplas oscilações. Pela primeira vez o número dos imigrantes excedeu 10 000 em 1853, 20 000 em 1859, 30 000 em 1876; subiu bruscamente para 56 000 em 1887, 133 000 em 1888 e atingiu o máximo de 217 000 em 1891; máximos secundários, atingidos mais tarde, foram os de 168 000 em 1894 e de 193 000 em 1913. Até o início da primeira guerra mundial a marcha da imigração dependeu principalmente de fatores econômicos, repercutindo na afluência para o Brasil tanto a situação dos países de emigração, então quase exclusivamente europeus, como a situação comparativa dos demais países de imigração, especialmente os Estados Unidos e a Argentina. Desde 1915 torna-se decisiva a influência dos fatores políticos: as guerras reduzem as correntes migratórias, a paz tende a reanimá-las, as limitações introduzidas pelos governos as restringem. O maior número anual de imigrantes, no período entre a primeira e a segunda guerra mundial, verificou-se em 1926, não chegando a 120 000. Em 1939 o número dos imigrantes excedeu de pouco 20 000 e nos anos seguintes diminuiu rapidamente, até ficar relativamente desprezível.

Dividindo-se o período secular de 1847 a 1946 em quatro intervalos de 25 anos, pode-se calcular que o excedente das imigrações sobre as emigrações ascendeu apenas a 0,25 milhões no primeiro desses intervalos, subiu para 1,20 milhões no segundo e 1,25 no terceiro, e desceu para 0,80 milhões no quarto.

A importância relativa da contribuição migratória para o crescimento da população alcançou o seu máximo no segundo intervalo, manteve-se notável no terceiro e diminuiu fortemente no quarto.

O conhecimento das características do crescimento da população do Brasil esclarece os traços principais da sua composição e das variações desta.

5912
6600
6512

546
6069

870
5071
840
5911

250
410
11500
612766

2700
7644
20344

150
8900
9458

25
3750
26332
3008

A preponderância do crescimento natural sobre o migratório, bem como a forte diminuição da afluência de imigrantes nos últimos lustros, atenuaram as alterações da composição por sexo e idade, peculiares às populações que estão recebendo grandes contingentes de imigração, como a preponderância do sexo masculino sobre o feminino e a elevação da quota das idades mais vigorosas.

No Brasil de hoje, há aproximado equilíbrio numérico entre os dois sexos, ficando compensada pela maior mortalidade do sexo masculino a sua prevalência nos nascimentos e nas imigrações.

Quanto à composição por idade, a sua característica mais saliente consiste na elevada proporção das idades infantis e adolescentes, e baixa das idades senis; consequência do rápido crescimento natural da população e da elevada mortalidade de adultos.

No que diz respeito à cor, a cessação da imigração preta e a intensificação da branca concorreram para acelerar a diminuição das quotas dos pretos e pardos e o aumento da dos brancos, que já se estavam verificando pela maior mortalidade dos primeiros. A imigração amarela introduziu este novo grupo de cor, que chegou a assumir extensão não desprezível.

O prosseguimento do rápido crescimento natural, em contraste com a progressiva redução do crescimento migratório, causou uma diminuição da proporção dos estrangeiros, que hoje representam apenas uma pequena fração da população do Brasil. Nos últimos lustros diminuiu até o seu número absoluto, não bastando o excedente das imigrações sobre as emigrações para compensar os óbitos de estrangeiros aqui radicados.

...

Alguns aspectos da composição da população, a que acabo de me referir, merecem maior esclarecimento.

A composição por idade, típica de uma população em rápido crescimento natural, caracterizada pela elevada quota de crianças e adolescentes, pode ser promissora para o futuro, se ao país não faltam espaços livres e recursos para explorar; mas no presente se torna desfavorável, seja do ponto de vista econômico, seja do militar.

Se, para discriminar os habitantes segundo a sua capacidade presumível de ação econômica, considerarmos como ativos, os de 18 a 64 anos, dos quais a produção excede o consumo, como passivos, os de 0 a 14 anos e os de 75 e mais, cujo consumo excede a produção, e como neutros, os de 15 a 17 e os de 65 a 74 anos, cujo consumo iguala a produção, verificaremos que na população do Brasil, estimada em 31 de dezembro de 1946, ascendem a cerca de 22,9 milhões os ativos, a 20,3 milhões os passivos, e a 4,0 milhões os neutros.

Para 100 economicamente ativos, encontram-se, logo, 89 economicamente passivos, proporção extremamente elevada, como se pode julgar pela comparação com a de 66 para 100 que se verificava na Itália na véspera da

primeira guerra mundial, e que era considerada bem alta, ou, ainda mais, com a de 46 para 100 que se verificava na mesma época na França, a qual, porém, era considerada baixa.

Discriminando-se a população masculina de 18 a 64 anos, ou seja, o grupo mais importante do ponto de vista militar, como fonte de combatentes e trabalhadores, vê-se que ela ascende no Brasil de hoje a 11,4 milhões, isto é, apenas 24% da população total, em comparação com 26% na Itália e 30% na França em 1911.

Essa característica da população do Brasil impõe cuidados especiais na organização da mobilização, a fim de serem evitadas perturbações demasiado profundas da vida econômica do país.

...

Os brasileiros, natos ou naturalizados, do sexo masculino, nas idades de 18 a 49 anos, integram o que se costuma chamar de "população em idade militar".

Seu número total pode ser estimado, no fim de 1946, em 9 390 000, subdividindo-se, por grupos de idade em:

920 000	de 18 e 19 anos,
3 910 000	de 20 a 29 anos,
2 690 000	de 30 a 39 anos,
1 870 000	de 40 a 49 anos.

Merece ser salientada a importância predominante dos grupos de idade mais moços, condição favorável para uma eventual mobilização. Dos 9 390 000 homens de 18 a 49 anos, 4 830 000, isto é, 51% estão nas idades de 18 a 29 anos.

...

A propósito da composição da população brasileira segundo a nacionalidade, é interessante observar que, dos 3,5 milhões de estrangeiros que aqui permaneceram no curso dos últimos cem anos, restam com vida, no fim desse período, apenas 1,2 milhões, dos quais cerca de um décimo naturalizados brasileiros. Considerando-se que nos Estados Unidos a proporção dos estrangeiros naturalizados está próxima de dois terços, parece muito baixa a observada no Brasil. Mas, é preciso levar em conta as diversas diretrizes legislativas e administrativas adotadas nos dois países; no Brasil, as severas exigências, as intermináveis formalidades e o elevado custo do processo de naturalização o tornam acessível apenas a uma minoria privilegiada, enquanto nos Estados Unidos o processo é simples, rápido e barato.

Na data do censo de 1940, o número dos nacionais de países estrangeiros presentes no Brasil ascendia a 1 285 000, sendo entre eles predominante o grupo latino (354 000 portugueses, 285 000 italianos, 148 000 espanhóis, etc.), seguindo-se os japoneses (141 000), os alemães (71 000), os sírios, libaneses, palestinos e turcos (49 000, conjuntamente), os po-

composição por sexo

composição por idade

cor

imigrações

composição por idade

População

População em idade militar

composição por idade

loneses (41 000) e outros grupos menores (196 000, em conjunto).

• • •

A imigração japonesa enriqueceu de novo matiz a já variada gama de cores da população do Brasil, mas os amarelos formam nesta apenas uma pequena minoria.

Conforme as declarações de cor feitas no censo de 1940, os brancos constituíram 63,5% da população total, os pardos 21,2%, os pretos 14,7% e os amarelos 0,6%.

Em cifras absolutas, ascenderiam a 26,2 milhões os brancos, a 3,8 milhões os pardos, a 6,0 milhões os pretos e a 0,25 milhões os amarelos.

Deve-se notar que as declarações da cor dependem em parte do arbítrio dos recenseados e dos agentes-recenseadores, e parece lícito presumir certa tendência, entre os interessados, em larguear na declaração da cor branca. Entretanto, é certo que, em comparação com a situação de 1872, quando os brancos constituíram apenas 38,1% da população total, a de 1940 marca um progresso evidente e considerável no rumo da prevalência dos matizes mais claros. Essa tendência é favorecida pela imigração, pela menor mortalidade dos brancos, e pela mestiçagem, cujos elementos, através das sucessivas gerações, se encaixam em boa parte para a classificação no grupo branco.

Este vasto processo de caldeamento, que se vem desenvolvendo com particular intensidade nas zonas de maior mistura dos grupos étnicos, representa um testemunho de civilização superior para o Brasil, contrastando com a rigidez da linha de cor, que povos tecnicamente mais adiantados, mas moralmente mais atrasados, ainda não conseguiram apagar.

• • •

A população do Brasil, embora vultosa em cifra absoluta, aparece escassa em comparação com a imensa extensão territorial do país. Com efeito, em relação aos 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície da República, os 47,2 milhões de habitantes representam apenas uma densidade média de 5,55 habitantes por quilômetro quadrado.

E se a densidade da população é maior nas regiões de mais antigo povoamento, onde o número médio dos habitantes por quilômetro quadrado atinge 17,87 no Sul, 14,52 no Este e 11,66 no Nordeste, de outro lado se torna quase nula nas regiões de colonização apenas iniciada, descendo para 0,75 no Centro-Oeste e 0,48 no Norte.

Estas duas últimas regiões integram uma zona vastíssima quase despovoada. Sobre uma superfície de quase 55 milhões de quilômetros quadrados, um pouco maior do que a da Europa de 1939, exclusive os territórios soviéticos, vivem pouco mais de 3 milhões de habitantes, enquanto na Europa de então viviam mais de 400 milhões. Essa zona abrange 64,3% da superfície total do Brasil, mas apenas 6,6% da população.

As restantes regiões, que em conjunto representam apenas 35,7% da superfície total, contam com 93,4% da população da República, cerca de 44 milhões de habitantes.

A região mais populosa é a do Este, com 17,89 milhões de habitantes; em segundo lugar, vem a do Sul, com 14,79 milhões, e em terceiro, a do Nordeste, com 11,39 milhões. A do Norte tem apenas 1,69 milhões de habitantes, e a do Centro-Oeste, 1,44 milhões.

Entre os Estados, podem ser considerados, demograficamente, de primeira ordem os de São Paulo, com 8,22 milhões de habitantes, e Minas Gerais, com 7,77 milhões; de segunda ordem, os da Bahia, com 4,47 milhões, Rio Grande do Sul, com 3,80 milhões, Pernambuco, com 3,06 milhões; de terceira, os do Ceará, com 2,39 milhões, e Rio de Janeiro, com 2,11 milhões. O Distrito Federal, também, excede os 2 milhões (2,02); nenhuma das demais Unidades da Federação atinge esse limite.

A imigração estrangeira contribuiu principalmente para o crescimento das populações na região do Sul (com forte concentração no Estado de São Paulo) e no Distrito Federal.

As migrações interiores aproveitaram às regiões do Sul, do Centro-Oeste e do Norte, às expensas das do Nordeste e do Este. Entre as Unidades da Federação tiveram os maiores ganhos, em virtude dessas migrações, o Estado de São Paulo e o Distrito Federal, e as maiores perdas os Estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.

• • •

O movimento de concentração da população nas cidades, que acompanha o desenvolvimento demográfico de muitos países na fase de expansão e mecanização das indústrias e de ampliação das unidades produtoras — empresas e estabelecimentos —, está ainda muito atrasado no Brasil.

Mesmo adotando-se o critério administrativo de discriminação entre os quadros urbano, suburbano e rural dos Distritos municipais, a proporção da população rural excede dois terços do total. Mas, de fato, uma parte dos quadros suburbanos, e até urbanos, dos Distritos do interior, deve ser considerada rural, do ponto de vista demográfico, sendo habitada por população rara, esparsa e ocupada em atividades agrícolas ou pecuárias.

Se, conforme um critério sociológico, se definir como "aglomeração urbana" o conjunto das zonas contíguas de população concentrada existentes no Município, compreendendo um verdadeiro centro com caráter de cidade, verificar-se-á que as aglomerações com mais de 50 000 habitantes abrangem, atualmente, apenas 13,2% da população da República; em cifra absoluta, 6,21 milhões, dos quais 1,75 milhões concentrados nesta Capital, 1,44 milhões em São Paulo, 1,40 milhões em Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Belém e 1,62 milhões subdivididos entre 19 centros menores.

• • •

A predominância da população com sede rural sobre a com sede urbana está relacio-

Região de densidade

Estados

Concentração urbana

nada com as características da distribuição das atividades econômicas na população do Brasil.

Essas características aparecem mais evidentes discriminando-se os dados para os dois sexos, pois que as atividades extradomésticas são exercidas em grande parte pelos homens, e as domésticas constituem o domínio incontestado das mulheres.

Sendo intensa a participação dos adolescentes, e até das crianças, nas atividades econômicas, o último censo estendeu a apuração da ocupação a toda a população nas idades de 10 anos e mais.

Alguns resultados, que vou resumir, dessa apuração, serão apropriados para caracterizar quantitativamente os traços da fisionomia econômica da população do Brasil, que todos conhecemos qualitativamente, pois não podem escapar à observação diária da vida nacional e local.

É preciso advertir que, na apuração considerada, para se medir a distribuição dos esforços individuais entre os diversos objetivos da organização social, cada recenseado foi atribuído à classe, e logo ao ramo de atividade, a serviço de que está ocupado, independentemente da qualidade específica do seu trabalho. Assim, um médico que exerce a sua especialidade figura na classe das profissões sanitárias, incluída no ramo das profissões liberais, apenas se se mantém autônomo nesse exercício; mas figura na classe das instituições sanitárias, parte do ramo dos serviços sociais, se trabalha num hospital; na classe da indústria mineira, do ramo das atividades extrativas, se dirige o pronto socorro de uma mina; na classe do exército, do ramo da defesa nacional, se é oficial médico, etc.

Na parte masculina da população de 10 anos e mais, estão ocupados em atividades extradomésticas mais de quatro quintos dos recenseados, 81,6%.

O setor econômico em que se encontra a maior fração da população masculina de 10 anos e mais, 56,7%, é o das atividades agrícolas e pecuárias, que estimulam, aproveitam e beneficiam a produção vegetal e animal. A predominância desse ramo de atividade é comum a todos os Estados, variando, entretanto, a sua quota entre o mínimo de 34,5% no Amazonas e o máximo de 73,1% em Goiás. Entre as regiões, marca a menor quota, 39,1%, a do Norte, e a maior, 67,0%, a do Nordeste.

As indústrias extrativas de produtos minerais, vegetais e animais, que exploram os recursos do subsolo e a produção espontânea do solo, ocupam apenas 2,4% da população masculina de 10 anos e mais. Mas, essa quota atinge níveis muito maiores nas zonas típicas das indústrias extrativas, subindo até os máximos de 28,6% no Amazonas e 50,0% no Território do Acre. No conjunto da região do Norte, a quota é de 28,6%.

Bem maior, embora ainda modesta em comparação com os países mais adiantados na organização econômica, é a proporção, na população masculina de 10 anos e mais, dos ocupados nas indústrias transformadoras, que

ascende a 7,7%. Entre os Estados, apresentam as proporções mais elevadas os de São Paulo (12,9%) e Rio de Janeiro (11,7%). Entre as regiões, salienta-se a do Sul, com uma quota de 10,8%.

Relativamente elevada é a proporção dos ocupados nos ramos de atividade do comércio e crédito: 5,2% da população masculina de 10 anos e mais, com máximos estaduais de 7,3% em São Paulo, 5,7% no Rio de Janeiro, 5,6% no Rio Grande do Sul, e máximo regional de 6,2% no Sul.

Ainda notável é a ocupação no ramo dos serviços sociais, em que foram classificadas, no censo de 1940, atividades muito variadas; algumas de caráter misto industrial, comercial e de serviço pessoal e real, como as de alimentação e alojamento; de confecção, conservação e reparação; de higiene pessoal, etc.; e outras de interesse coletivo, como instituições assistenciais, culturais, etc. A proporção dos ocupados neste ramo é de 3,2% no conjunto da população masculina de 10 anos e mais; entre os Estados, salienta-se São Paulo, com 4,2%; entre as regiões, a do Este, com 3,7%.

Está próxima de 3,2% também a proporção dos ocupados em atividades de transportes e comunicações, atingindo os seus níveis mais elevados nos Estados do Rio de Janeiro (5,1%) e São Paulo (4,7%) e na região do Sul (4,2%).

As atividades da administração pública, justiça e ensino público, pela sua própria natureza, ficam limitadas a uma pequena fração da população masculina de 10 anos e mais: 1,6% em conjunto; 2,2% no Estado do Rio de Janeiro, que marca o máximo estadual; 1,9% na região do Este, que inclui a Capital Federal.

É, também, muito pequena, 1,2%, a proporção dos ocupados nas atividades da defesa nacional e segurança pública. Os seus níveis mais elevados verificam-se no Estado fronteiro de Mato Grosso, 3,9%, e na região do Centro-Oeste, 1,7% (esta era a situação em Setembro de 1940, que foi modificada por acontecimentos posteriores).

A proporção dos ocupados nas atividades das profissões liberais, ensino particular, culto e administração privada, é baixa, excedendo de pouco 0,5% da população masculina de 10 anos e mais, com máximos, estadual, de 0,9% em São Paulo, e regional, de 0,7% no Sul. Deve-se, entretanto, lembrar, que, conforme o critério de classificação já esclarecido, muitos profissionais figuram em outros ramos, a serviço dos quais prestam seu concurso.

A parte restante da população masculina de 10 anos e mais é constituída por 8,2% de ocupados em atividades domésticas e escolares, em grande maioria crianças ou adolescentes; e por 10,2% de inativos, de que, também, a maioria se acha nessas idades.

Das comparações precedentes foi excluído o Distrito Federal, porque a sua população, pertencendo na maior parte a uma grande aglomeração urbana, é caracterizada por uma distribuição de atividades muito diversa das que se observam nos Estados, que possuem todas vastas zonas rurais. No Distrito Federal, é mínima a ocupação nas atividades

At. v. cidades

Ativ. min.

agrícolas, pecuárias e extrativas; elevada, a nas indústrias transformadoras, no comércio e crédito, nos serviços sociais e nos transportes e comunicações; relativamente elevada, também, a ocupação na administração pública, justiça e ensino público, na defesa nacional e segurança pública e nas profissões liberais, ensino particular, culto e administração privada.

...

Da população feminina de 10 anos e mais, três quartos, ou mais precisamente 73,5%, estão ocupados em atividades domésticas ou escolares, enquanto ascende a 11,2% a parte inativa, na maioria constituída de crianças ou adolescentes.

Logo, as mulheres ocupadas em atividades extradomésticas representam apenas 15,3% do número total, contribuindo para essa quota principalmente as atividades agrícolas e pecuárias, com 8,7%, e secundariamente os serviços sociais, com 3,0%, e as indústrias transformadoras com 2,0%, e sendo apenas de 1,6% a quota dos demais ramos de atividade.

...

Pela recapitulação e elaboração dos dados referentes às ocupações, e considerando-se os dois sexos em conjunto, pode-se calcular que as pessoas ocupadas em atividades extradomésticas representam apenas 34,0%, ou seja, um terço, da população de todas as idades. Decompondo-se esses 34,0% em parcelas, segundo grandes grupos de idade, verifica-se, ainda, que os adultos de 20 a 59 anos contribuem com 23,2%; os velhos de 60 anos e mais, com 1,8%; e as crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, com 9,0%.

Torna-se evidente que, enquanto a proporção dos ocupados em atividades extradomésticas é baixa, em virtude da própria constituição por idade da população, entre esses ocupados fica muito elevada a quota das crianças e adolescentes, em parte prematuramente encaminhados para o trabalho no campo ou na usina, em vez de preparados, pelo estudo, para a mais eficaz aplicação de seus esforços. O resultado do trabalho desses rapazes é necessariamente modesto na média, senão em todos os casos individuais.

...

Embora consciente da aridez da exposição, quis apresentar esses pormenores da distribuição das atividades econômicas no Brasil, afim de ilustrar uma situação, que não pode ser considerada alentadora nem do ponto de vista político e militar, nem do social e econômico.

Apesar da grande extensão do território nacional e do número relativamente elevado das pessoas ocupadas, a produção agrícola, pecuária e extrativa é escassa, em virtude das falhas da organização e do baixo rendimento do trabalho.

O desenvolvimento das indústrias transformadoras, que se ressentem das mesmas falhas, é

ainda inadequado às exigências do país, embora estimadas com critérios de moderação.

Interdependentes com essas deficiências são as das comunicações e dos transportes, que tanto contribuem para o presente mal-estar econômico: deficiências de instalações fixas e de material móvel, antes que de elementos humanos.

Ao comércio e ao crédito não falta pessoal suficiente; antes parece que essas atividades intermediárias tiveram desenvolvimento excessivo, em comparação com as produtoras, assumindo, em parte, caráter parasitário.

O reduzido número de técnicos, que constituem ao mesmo tempo o fermento e o elemento básico para a organização econômica, sanitária, cultural e administrativa do país, representa um fator de inferioridade, cujos efeitos são agravados pela má distribuição desses especialistas, em sua grande maioria concentrados em poucos centros urbanos.

Essa escassez de técnicos especializados nos diversos domínios do trabalho intelectual e manual se torna cada vez mais prejudicial, do ponto de vista militar, com a predominância que estão assumindo, na preparação da defesa nacional e na realização da guerra, as aplicações científicas. As forças armadas exigem não somente a colaboração de atividades agrícolas e industriais capazes de explorar todos os recursos disponíveis, pelos processos mais racionais e mais aperfeiçoados, como também a participação direta de inúmeras pessoas já bem experimentadas na aplicação de princípios, critérios, processos, instrumentos, máquinas e outros subsídios, que, ideados para o conseguimento de objetivos pacíficos, se tornaram alicerces da organização bélica moderna.

...

Um óbice à difusão da cultura técnica, tão desejável no interesse do progresso civil e da defesa nacional, consiste no baixo nível médio da instrução geral.

Pelo censo de 1940 verificou-se que apenas 43% dos habitantes de 10 anos e mais sabiam ler e escrever, ou melhor, declararam saber. Para o sexo masculino, em separado, a proporção era de 48%, e para o feminino, de 38%.

Na população masculina em idade militar, de 18 a 49 anos, a proporção dos alfabetizados se aproximava de 52%.

Nos seis anos decorridos desde a data do último censo, a situação deve ter melhorado um pouco; entretanto, passaria por otimista quem estimasse que 50% dos habitantes de 10 anos e mais sabem efetivamente ler e escrever; provavelmente essa meta, bem modesta, ainda não foi atingida.

E' verdade que em algumas partes do país, já em 1940, fôra transposto o marco dos 50%; além do Distrito Federal, com 82% de alfabetizados, salientavam-se os Estados do Rio Grande do Sul, com 61%, São Paulo, com 58%, Santa Catarina, com 56%.

Mas, justamente pela presença desses oásis mais cultivados, fica mais desoladora a incultura dominante nas vastas zonas, que, sob o

Técnicos

Alfabetização

Atividades

*Situaç. sa-
nitária*

aspecto da instrução, se poderiam dizer semi-desertas. Em quatro Estados a proporção dos que sabiam ler e escrever não chegava a um quarto da população de 10 anos e mais, atingindo apenas 22% no Piauí e em Alagoas, e 24% na Paraíba e no Maranhão. Em mais seis Estados (Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte) a proporção dos alfabetizados não chegava a um terço da população de 10 anos e mais.

A estatística escolar comprova o estado extremamente atrasado da instrução. No ensino elementar, o número das aprovações em 1940 correspondeu apenas a 45% do que seria se todas as crianças seguissem com êxito um curso trienal. No ensino secundário, o número das aprovações correspondeu apenas a 9% do que seria se a metade dos adolescentes seguisse com êxito um curso quinquenal. No ensino superior, o número das aprovações correspondeu apenas a 8% do que seria se um décimo dos moços seguisse com êxito um curso quadrienal. Nos últimos anos a situação melhorou sensivelmente, mas o caminho que ainda resta para se chegar a uma situação digna de um país civilizado é bem longo.

• • •

Distante, em aparência, dos assuntos até agora referidos, mas, em realidade, estreitamente conexo com eles, é o que diz respeito à saúde pública.

Com efeito, existe uma íntima relação entre a situação sanitária, a econômica e a cultural. Os progressos da luta contra as moléstias e os acidentes, que insidiam a existência humana, se desenvolvem em estreita interdependência com os do padrão de vida e da instrução.

Permito-me aqui lembrar o que disse inicialmente acerca das relações entre os diversos fenômenos sociais. Não se encontram simples relações de causa e efeito: há iletrados e pobres que alcançam a decrepitude, sábios e ricos que falecem na flor da mocidade; há enfermos que bem merecem o reconhecimento da sociedade e hão aqueles que a desservem. Mas, considerando-se as massas, e não casos isolados, verifica-se que, via de regra, a melhoria das condições econômicas ocasiona diminuição da morbidade e da mortalidade, por isto que repercute, de um lado, na organização higiênica e assistencial coletiva, e, do outro, na alimentação, na habitação, no vestuário, e em outros elementos que podem influir sobre a resistência individual aos fatores patogênicos. Verifica-se, ainda, que a elevação da cultura facilita a divulgação e a aplicação dos preceitos da higiene e da medicina. É, também, óbvio que o melhoramento das condições sanitárias, por sua vez, aumentando a eficiência física e intelectual dos indivíduos, avanta o rendimento do seu trabalho e a capacidade de aprender. E estes são apenas alguns dos inúmeros vínculos que ligam entre si os três domínios, aparentemente separados.

Os estudos realizados com base no censo de 1940 e nas estatísticas dos óbitos nos anos próximos a essa data tornam possível uma

apreciação da situação sanitária do Brasil, fundada em fatos, e não apenas em impressões.

Esses estudos, embora por necessidade limitados às poucas partes do país, para as quais se dispõe de estatísticas dos óbitos relativamente completas, revelam situações em geral insatisfatórias, embora muito diferentes nas diversas zonas.

Como índice dessas situações podem servir alguns dados sobre a duração média da vida, calculada conforme as tábuas de mortalidade. Essa duração é a que se teria numa população, em geral, ou numa geração, em particular, se a mortalidade em cada idade se mantivesse constantemente no nível verificado no período de observação. Dizendo, por exemplo, que a vida média na Capital de São Paulo no período 1939-41 foi de 49 anos, entende-se significar que uma geração, a qual encontrasse em cada ano de idade uma mortalidade igual à verificada nessa Capital no referido triênio, viveria em média 49 anos.

Nos países mais adiantados da América do Norte, da Europa e da Oceânia, a vida média, calculada conforme as tábuas de mortalidade, atinge e excede 60 anos; nos Estados Unidos, no mesmo período de 1939-41, a que se referem os dados para o Brasil, aproxima-se de 64 anos; na Suécia, em época pouco anterior, já excedia um pouco esse limite, e na Austrália ultrapassava 65 anos.

A vida média de 49 anos observada na Capital de São Paulo, embora muito inferior a esses máximos, corresponde a uma mortalidade já reduzida para um nível próximo dos que se observavam em torno de 1880 na Suécia e na Austrália, em torno de 1900 nos Estados Unidos e na Inglaterra, em torno de 1910 na França e na Alemanha, em torno de 1920 na Itália.

Mas a Capital de São Paulo está bem adiantada, tanto pelas condições sanitárias, como pelas econômicas e culturais, em comparação com o resto do Brasil.

No interior do mesmo Estado a vida média desce para 44 anos; no próprio Distrito Federal não atinge 43; cai para 35 na Cidade do Salvador, e para 30 em Recife, onde excede pouco a de 27, observada na Índia, um dos países de mais elevada mortalidade no mundo.

É característico do Brasil um alto nível de mortalidade não somente na infância como também nas idades adultas. As doenças infecciosas e parasitárias — em primeiro lugar a tuberculose, e secundariamente a sífilis, o paludismo, as disenterias, e outras — e as doenças dos aparelhos digestivo e respiratório, são excepcionalmente frequentes e letais.

Deve-se notar que a elevada mortalidade é apenas uma das consequências da grande difusão dessas e de outras doenças. Antes de matar, a doença debilita o organismo, pondo-o, às vezes durante longos anos, em condições de menor eficiência; e mesmo quando debilitada, pode deixar traços profundos, e até invalidez parcial ou total, como triste lembrança de sua passagem.

As populações com mais baixa mortalidade são as em que a mocidade se apresenta mais robusta e florescente, porque não só escapou

Vulnerabilidade

F.E.D.

à morte prematura, como também evitou muitas doenças.

Talvez seja demasiado pessimista a expressão, tão repetida, de MIGUEL PEREIRA, que asseme-
lhava o Brasil a um vasto hospital, visando, pela forma incisiva da denúncia do mal, salientar a urgência dos remédios. Mas, para quem prefere o rigor dos fatos ao calor das palavras, tornou-se ainda mais alarmante do que essa frase a recente declaração pública do então Ministro da Guerra, General Dutra, acerca das dificuldades que se encontraram para a formação da Força Expedicionária Brasileira, em virtude da escassez de elementos fisicamente idôneos. Declaração cuja gravidade pode ser mais bem avaliada, considerando-se a relativa pequenez desse contingente em comparação com a população em idade militar.

Os aspectos da situação e das variações de uma população se apresentam tão vastos, complexos e variados, que os dados sumários e os ligeiros comentários expostos nesta palestra podem oferecer apenas uma visão limitada e superficial deles. Ouso esperar, entretanto, que sirvam como um incitamento para o estudo desses assuntos, que são de tão vital interesse, seja para a determinação concreta das diretrizes da política, da administração e da defesa nacional, seja para as análises abstratas das ciências sociais.

Querendo sintetizar a posição atual do Brasil, do ponto de vista demográfico, pode-se observar que este país, embora ocupando um dos primeiros lugares, no mundo, pela amplitude de seu território, está ainda em posição secundária pelo número de seus habitantes; e não somente em comparação com os colossais formigueiros humanos da Índia e da China, como também com a União Soviética e os Estados Unidos, as duas grandes potências que hoje se defrontam.

Torna-se, portanto, compreensível, e parece legítimo, o desejo, que amiúde se revela através das discussões sobre os problemas demográficos nacionais, de que a população do Brasil possa receber considerável aumento em breve prazo, para ficar mais adequada à superfície territorial, de modo a fortalecer a posição do país no quadro internacional.

Cumpre, todavia, lembrar que o crescimento da nossa população já se está processando com relativa celeridade, em virtude do excedente dos nascimentos sobre os óbitos. E se deve salientar que, nos últimos dez ou quinze anos, esse crescimento parece ter sido mais rápido do que o da produção. Daí o piorar das condições de vida, que se revela pela atual difundida e profunda sensação de mal-estar econômico.

Mal-estar de que seria absurdo negar o verdadeiro fundamento, e que apresenta maior gravidade se se considerar que o nível médio de existência do povo brasileiro já estava muito baixo, antes da queda recente.

A análise de alguns caracteres da população evidencia essa situação inquietadora, que, aliás, independentemente de toda documenta-

ção estatística, não pode escapar à percepção do observador atento da vida do país.

A aceleração do crescimento demográfico, e até a sua marcha na proporção atual, não somente seriam ineficazes, por si mesmas, para afastar os fatores da depressão econômica, como também contribuiriam para acentuá-las ainda mais.

Parece, portanto, que, embora mereça ser encorajada a imigração de elementos úteis, e às vezes indispensáveis, o problema mais urgente, para a política brasileira da população, não é o da acelerada multiplicação numérica dos habitantes e sim o do melhoramento qualitativo dos homens e das condições em que eles vivem e trabalham.

O saneamento humano, a extensão e intensificação da instrução, a elevação do rendimento do trabalho, representam os três meios principais dessa melhoria, cada um deles exigindo transformações do ambiente físico e do aparelhamento técnico, além de modificações do comportamento pessoal. Como já observei, esses objetivos estão ligados tão estreitamente entre si, que cada ação dirigida para o conseguimento de um deles constitui ao mesmo tempo um passo no caminho para os outros.

O esforço que fôr empregado para alcançá-los, embora visando principalmente melhorar em qualidade a população, poderá ao mesmo tempo acelerar o seu progresso quantitativo. Melhor organização sanitária, mais difundida instrução, bem-estar econômico, contribuindo para determinar a diminuição da mortalidade, tanto na infância e adolescência como nas idades adultas, poderão acelerar o crescimento natural da população. E' verdade que acabarão reduzindo também a natalidade, como faz prever a experiência internacional; mas, num país ainda semi-despovoado, como o Brasil, esta repercussão deveria ser mais lenta e mais limitada do que nos países superpovoados do Velho Mundo.

Por outro lado, a criação de melhores condições de existência no meio brasileiro será propícia para atrair imigrantes escolhidos, para fixá-los estávelmente na nova pátria e para facilitar a sua assimilação.

Assim, o desenvolvimento demográfico, quantitativo e qualitativo, realizando-se harmonicamente, tornar-se-á fator genuíno de força e de progresso civil para o país.

Procurei expor fatos com a simples franqueza que é dever do cientista, assim como do soldado.

A primeira parte da minha palestra podia encerrar-se com um hino ao imenso domínio, ao prodigioso crescimento e à exuberante fertilidade da população do Brasil; a segunda podia concluir-se com uma lamentação sobre as doenças, a pobreza, o analfabetismo. Mas essa retórica artificiosa teria apenas ressaltado, alternadamente, as duas faces da verdade.

Com efeito, a grande extensão do território e dos recursos do país e o rápido crescimento natural da população representam fatores favoráveis; as más condições sanitárias, a insuficiente instrução, o baixo padrão de vida,

fatôres desfavoráveis, no caminho ascensional do Brasil entre os países do mundo. E na visão de conjunto é preciso coordenar êsses diversos aspectos, de maneira própria para permitir um julgamento equilibrado.

Os fatôres favoráveis inerentes ao ambiente físico são permanentes. Pelo contrário, os fatôres desfavoráveis, inerentes ao ambiente social, são todos de natureza tal que podem ser eliminados, ou pelo menos muito atenuados, pela resolução e ação humana.

A história dos últimos decênios é rica de exemplos de vitórias conseguidas pelos povos sobre as doenças, a miséria e a ignorância. Vitórias pacíficas e silenciosas, mas destinadas a deixar traços profundos e benefícios duradouros.

Essas vitórias, porém, não se alcançam pela obra de chefes isolados. Os grandes generais precisam de estados maiores capazes e de exércitos disciplinados; os grandes estadistas precisam de colaboradores competentes e de povos cooperadores.

E' esse espírito de cooperação que forma a atmosfera propícia às grandes realizações, mesmo onde faltam grandes meios para alcançá-las; pois, como ensina DANTE, é "l'animo che vince ogni battaglia".

E' esse espírito que se exige hoje no Brasil, afim de que, firmando-se na vontade de todos a iniciativa de poucos, consiga êste nosso povo superar os obstáculos que embaraçam o seu caminho, e tornar-se maior e melhor.